

DESENVOLVIMENTO E TRABALHO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA IMPORTANTE RELAÇÃO

Leonardo Moura Lima Calmon de Siqueira¹
Laumar Neves de Souza²

RESUMO

Diante das transformações verificadas no Mundo do Trabalho ao longo dos últimos anos, este artigo objetiva estruturar argumento para a proposição de uma leitura do desenvolvimento como processo social sob a ótica do trabalho. Realiza-se uma revisão da literatura em busca de algumas ideias trazidas por filósofos, sociólogos, economistas e historiadores que escreveram sobre o tema, identificando como estas categorias de análise, desenvolvimento e trabalho, se relacionam no modo de vida e produção capitalista. O estudo verifica que a investigação das transformações sobre o trabalho e os trabalhadores no seio do capitalismo revela como a sociedade neste modo de vida e produção se desenvolve na perspectiva do próprio trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Trabalho; Labor; Capitalismo; Classe trabalhadora.

DEVELOPMENT AND WORK: ELEMENTS FOR UNDERSTANDING AN IMPORTANT RELATIONSHIP

ABSTRACT

In view of the transformations observed in the World of Work over the past few years, this article aims to structure an argument in order to propose a reading of development as a social process from the labor point of view, identifying how these categories of analysis (development and human labor) are related in the capitalist way of life and production. For this, a literature review is carried out in search of ideas brought by philosophers, sociologists, economists and historians who wrote on the subject. The study finds that the investigation of changes in work and workers in the heart of capitalism reveals how society in this way of life and production develops from the perspective of work itself.

Keywords: Development; Labor; Capitalism; Working class.

JEL: J10; O10.

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os escritos nos últimos 20 anos que descrevem uma geral sensação de mal-estar na sociedade contemporânea decorrente, primordialmente,

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. Graduado em Economia pela UNIFACS. Doutorando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E-mail: leonardo.moura@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui mestrado e graduação em Economia pela UFBA. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br



de transformações engendradas no seio do Mundo do Trabalho pelo desenvolvimento das formas flexíveis de acumulação do capital (FILGUEIRAS, 1997; ANTUNES, 2005; SENNETT, 2009). Um número absolutamente maior de pessoas trabalha cada vez mais (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020), produzindo, graças às novas tecnologias, em proporções crescentes; a sociedade e as estruturas produtivas se desenvolvem com transformações nas suas estruturas materiais e imateriais. Ampliam-se as possibilidades de acesso a produtos e serviços, com alternativas que há cerca de cinquenta anos existia apenas em filmes de ficção (DE MASI, 2001). Paradoxalmente, toda riqueza gerada, em se concentrando sob o poder de poucos, não suscita o bem-estar cujo potencial lhe é inerente (RIFKIN, 2016). As incertezas quanto ao futuro se multiplicam, trazendo para as pessoas ansiedade, estresse e depressão (DEJOURS, 1992). A vida, para uma enorme parcela dos indivíduos, muda velozmente, resultando em desconforto e dúvidas que chegam a paralisar suas forças produtivas. Tantos novos produtos, tanto avanço tecnológico e “tanto desenvolvimento” para que? Para quem?

Partindo do pressuposto de que o angustiante contexto acima descrito tem como uma de suas origens a negligência em relação à influência que o trabalho exerce sobre o ser humano, bem como sobre o desenvolvimento da vida social, o presente texto objetiva estruturar argumento para a proposição de uma leitura do desenvolvimento como processo social sob a ótica do trabalho. Metodologicamente, para a produção deste artigo, foram analisadas algumas ideias trazidas por filósofos, sociólogos, economistas e historiadores que escreveram sobre o trabalho dos seres humanos e suas consequências sociais, tendo no desenvolvimento um dos seus mais abrangentes resultados.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto está estruturado em três partes. Nas duas primeiras tratam do desenvolvimento e do labor humano como categorias centrais de análise, buscando nos seus conceitos os elementos que estabelecem a relação inquebrantável entre trabalho e desenvolvimento. Na parcela seguinte, é identificada concreta e historicamente a influência mútua entre estes fenômenos na Revolução Industrial (RI), apresentando as contínuas repercussões de um sobre o outro, servindo essa interação de base para a consolidação do modo de produção e vida que emana do capitalismo.

2 DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES DIVERSAS E NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO

Ao analisar a evolução das discussões sobre o tema desenvolvimento, certamente, uma das leituras que se pode fazer é a de que, por ser ele um fenômeno ontologicamente multidimensional, os esforços de elaboração conceitual desta categoria de análise correm o risco de tornar as definições que deles resultam incompletas ou limitadas. Isto porque, seu conceito mostra-se longe de ser determinado, delimitado.

Entretanto, objetivamente, a ideia de desenvolvimento que será aqui adotada tem por base o fato histórico de ser este um processo socioeconômico que se dá, desde o fim da Idade Média, no âmbito do sistema capitalista. Dessa época aos dias atuais, seu conceito e a evolução do capitalismo se encontram totalmente imbricados, podendo-se afirmar que o fenômeno do desenvolvimento não é outro senão o do desenvolvimento capitalista. Avaliando o desenvolvimento brasileiro entre o final do século XX e início do XXI, Filgueiras (2012, p. 7) parte do ponto de vista de que “o fenômeno do desenvolvimento capitalista abrange, necessariamente, mudanças estruturais nos planos econômico, social, político, cultural e ambiental”. Tal definição se apresenta despida de juízo de valor, podendo o desenvolvimento de uma sociedade resultar não apenas em benefícios, como também em indesejáveis reflexos para seus indivíduos. As metamorfoses de uma determinada realidade que constituem o seu desenvolvimento podem ou não ser aquelas vistas como boas. Planejadas ou impensadas, tais alterações estruturais de um contexto social, econômico, político, cultural e ambiental são o seu desenvolvimento.

Porém, há de se admitir que, nos termos descritos, o conceito apresentado reveste-se de uma generalidade que torna difusa a observação do fenômeno na sua face socioeconômica, caracterizando-se o mesmo por uma aplicabilidade abrangente às mais diversas áreas do conhecimento. Ademais, admitindo a possibilidade de sua ocorrência em um sentido negativo, é passivo de ser criticado por pesquisadores que apenas admitam o desenvolvimento como um fenômeno gerador de mudanças exclusivamente favoráveis e desejadas para uma realidade socioeconômica. Por isso, com vistas a evitar posicionamentos teóricos neste sentido e a conferir mais especificidade conceitual, é adotada como elemento de

complementação ao conceito de desenvolvimento eleito para este estudo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (TDDC).

Segundo Löwy (1995, p. 73), a TDDC, concebida nos escritos de Trotsky com vistas a compreender o desenvolvimento capitalista na Rússia, rompe com a concepção do progresso linear e com o eurocentrismo definidor dessa linearidade. Para este autor, muitos pensadores nacionais, a exemplo de Celso Furtado, Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira, que buscaram entender e explicar o desenvolvimento dos países periféricos do sistema econômico global capitalista, fizeram uso ou foram influenciados por Trotsky, mesmo que não o tenham citado ao expor suas ideias. Isto porque, segundo Löwy (1995, p. 76), a TDDC, “[...] elaborada no contexto russo, [...] estava implicitamente carregada de uma significação muito mais abrangente, aplicável ao conjunto das formações sociais situadas na periferia do sistema capitalista [...]”.

Na visão de Trotsky, o desenvolvimento do capitalismo a nível global acabou com a possibilidade de que nações que se encontravam em estados mais atrasados pudessem realizar seus processos de desenvolvimento passando por etapas similares às galgadas pelas economias de vanguarda. Em verdade, estas últimas serviriam como espécie de locomotiva do progresso mundial, permitindo que as demais sociedades realizassem saltos de desenvolvimento. Nas palavras do próprio autor,

[...] Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada [...] autoriza um povo [...] o força a assimilar todo o realizado antes, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias [...]. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado (TROTSKY, 1977, p. 24-25).

Efetivamente, a visão da heterogeneidade do ritmo dos processos históricos de desenvolvimento de cada sociedade, combinando estruturas avançadas com estruturas arcaicas, intensificando desigualdades no âmbito interno das economias periféricas, guarda forte relação com as teorias acerca do desigual desenvolvimento regional brasileiro elaboradas por Celso Furtado (DINIZ, 2009) e com a leitura do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro feita por Francisco de Oliveira no

seu texto “O Ornitorrinco”. Neste seu trabalho, Oliveira afirma ser o subdesenvolvimento a face do desenvolvimento capitalista periférico dependente, “que, no Brasil, ganhou contornos desde a Revolução de 1930 e adquiriu consistência com a chamada industrialização por substituição de importações” (OLIVEIRA, 2013, p. 127).

Verifica-se, portanto, como a TDDC confere materialidade ao conceito de desenvolvimento aqui assumido, ampliando a condição de percepção dos distintos processos de desenvolvimento, tornando obrigatório para a compreensão desse fenômeno o entendimento das condições históricas mediante as quais ele se realizou. Assim sendo, para os fins do presente artigo, desenvolvimento é o conjunto de transformações qualitativas e quantitativas que se realizam em uma estrutura social, determinadas pelas condições do espaço, do tempo, da cultura, da política e de vida de uma população, em especial, dentro do modo de produção e vida capitalista.

Com esta categoria analítica definida, delinea-se a seguir o conceito de trabalho a ser aqui adotado.

3 BREVES NOTAS SOBRE O SENTIDO DO TRABALHO

O trabalho é peculiaridade essencialmente humana e é por meio dele que cada homem se torna único na consciência de si e dos seus semelhantes, bem como toda a práxis social se constitui. De acordo com Lukács (2011, p. 8), o trabalho,

pode servir de modelo para a compreensão das outras posições teleológicas sociais, já que [...] é a forma originária (Urform) dessas posições. [...] o trabalho é a realização de uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens.

Desta forma, a observação da realidade historicamente constituída da vida humana permite identificar uma relação visceral entre as categorias de análise trabalho e desenvolvimento. Tal relação, estabelecida inextrincavelmente no esforço de criação de ferramentas e no uso de recursos rudimentares que tornassem menos penoso o viver, pode ser verificada na Filosofia Clássica ou Moderna, bem como nas ideias registradas por teóricos clássicos da Economia e da Sociologia. Pesquisadores de cada um destes ramos do conhecimento, nas perspectivas de análise que lhes distinguem, trataram das transformações estruturais na dinâmica

social, ou seja, do desenvolvimento, provocadas pelo trabalho; descreveram como os seres humanos, trabalhando, modificaram (e ainda modificam) seu modo de vida.

No campo da filosofia ocidental da Idade Antiga, Aristóteles (século IV a.C.) foi um dos mais importantes pensadores que fez do labor objeto de suas ponderações. Vivendo em uma sociedade em que o escravagismo era prática comum, tipificou os esforços como *poiein*, trabalho “inferior”, braçal e manual realizado pelos escravos, e como *prattein*, trabalho do intelecto, intencional, “com uma finalidade social, política e duradoura” (SEMERARO, 2013, p. 91). Para Aristóteles, nesta forma de organização social do trabalho, havia uma troca (apud THIRY-CHERQUES, 2003): os servos executores do *poiein*, com seus resultados concretos, davam suporte aos cidadãos gregos, responsáveis pelo *prattein*, que administrava a vida dos escravos e a organização da sociedade, permitindo as realizações, por exemplo, na política e na ciência, determinantes do desenvolvimento. De acordo com Lukács (2011, p. 14), a essência geral do trabalho no pensamento aristotélico consiste na materialização de um projeto previamente idealizado e para cuja a execução foram obtidos e elaborados os meios necessários. Nesse esquema, o trabalho na prática integra duas categorias filosóficas que historicamente se contrapunham: teleologia e causalidade – o trabalho não apenas define os fins, planejando-o e elaborando os meios de alcança-los, como o também o realiza mediante a materialização do novo.

Dois milênios depois de Aristóteles, Hegel, filósofo moderno, ampliaria esta leitura dual do trabalho (apud SEMERARO, 2013), analisando-o como atividade típica humana, que conduz o indivíduo à uma vida que transcende a simples existência orientada pelos instintos animais, graças aos instrumentos, ferramentas e técnicas que com ele são criadas. Para ele, a ação laboral permite àquele que a realiza externalizar-se naquilo que é produzido, levando-lhe à auto identificação, mediante a conseqüente diferenciação de si (sujeito criador), em relação com a sua criação (objeto criado). Tal atividade, direcionada ao atendimento de determinada necessidade, acaba por servir também como meio de interação com outros indivíduos que têm demanda similar. Assim, o trabalho, além de fator de definição do indivíduo, constitui simultaneamente elemento de agregação dos seres humanos. Este reflexo social representa implicitamente melhorias de condições de vida da

coletividade na qual se integra o indivíduo realizador do trabalho. Seu esforço resulta no desenvolvimento de si mesmo e da comunidade à qual pertence.

Segundo Lukács (2011, p. 8), Aristóteles e Hegel compreenderam a teleologia do trabalho a ponto que suas colocações não carecerem mais que ligeiros complementos que ponham o trabalho na ontologia do ser social como uma, e não a única, categoria fundamental. Na sua obra “Para Uma Ontologia do Ser Social”, o filósofo húngaro define o ser social como um estágio evolutivo superior à simples vida orgânica dos seres humanos e do qual é impossível retroceder (LUKÁCS, 2011, p. 3).

Tal transformação estrutural na vida humana é cientificamente posta, ainda hoje, como um salto evolutivo, marcado ontologicamente na sua fase superior de sociedade por quatro categorias: trabalho, linguagem, cooperação e divisão do trabalho. Embora reconheça ser inextrincável a relação entre estas quatro categorias e que a compreensão de qualquer uma delas somente se faz adequada a partir da observação da interação entre elas, Lukács defende a necessidade de iniciar sua análise pela primeira: o trabalho.

Esta escolha metodológica se dá por considerar o trabalho como fato intermediário, de ligação entre o ser puramente biológico e o ser social. O trabalho demarca a transição de um estágio ao outro realizada pelo sujeito que não mais apenas sobrevive, mas que também ainda não vive em sociedade: o ser que trabalha. O autor arremata sua argumentação apresentando o trabalho como o fator mediador do metabolismo entre o ser humano e a natureza do qual resulta a criação de valores de uso fundamentais à existência do indivíduo. Portanto, o trabalho constitui o “fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2011, p. 5). As demais categorias que caracterizam o ser social, de acordo com seu pensamento, surgiriam do próprio trabalho de forma não sucessiva, mas simultânea. Esta abstração inicial acerca do trabalho passa a ser posta em segundo plano à medida que tal autor começa a tratá-lo sob sua perspectiva teleológica. A partir deste ponto vista, é possível identificar o “para quê” o ser social trabalha.

Para a Ciência Econômica, o trabalho constituiu o elemento básico da proposição das suas primeiras teorias, elaboradas com vistas a explicar o desenvolvimento do sistema de produção capitalista. A relação entre trabalho e desenvolvimento é verificada na Riqueza das Nações, publicação daquele que é

considerado o pai do liberalismo econômico. Nela, Smith expõe como um dos seus elementos introdutórios a teoria do valor trabalho e a análise do papel da divisão do trabalho no aumento do excedente sobre os salários. Esta “sobra” permitiria, por sua vez, o crescimento do estoque de capital, base para o desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade (SMITH, 1996). Na sua análise, portanto, o trabalho e a divisão do trabalho, juntamente com outros fatores de ordem econômica e política, a exemplo do livre comércio, constituem elementos geradores de riqueza para as diferentes nações.

Como categoria de análise da Sociologia, o labor humano, a partir de perspectivas distintas, perpassou o pensamento de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, que o tiveram como base de construção de suas teorias acerca da organização social e seu desenvolvimento (GIDDENS, 1994). Pode-se certamente afirmar que as metodologias de análise da sociedade por parte dos pais da Sociologia Clássica foram influenciadas por pelo menos dois fatores comuns. O primeiro diz respeito ao espaço-tempo vivenciado por cada um deles, marcado pelas consequências socioeconômicas da RI na Europa no século XIX, período do surgimento das cidades industriais, inicialmente na Inglaterra e depois na França e na Alemanha. O segundo refere-se ao uso das relações sociais baseadas no trabalho como componente explicativo das suas teorias.

Um dos elementos centrais do método marxista é a premissa materialista da história. Para Marx, é o homem na sociedade que, com seu trabalho, seja com vistas à sobrevivência, seja para fins da organização social, modifica o mundo material e lhe imprime a história. O homem vive e faz história graças ao metabolismo que estabelece com a natureza através do trabalho, sendo este, portanto, uma “eterna necessidade natural da vida social” (OFFE; HINRICH, 1989, p. 168). Por isso, uma concepção de um mundo ideal somente é possível se feita com base na análise do mundo real, concreto e objetivo, constituído e construído pelos seres humanos por meio do trabalho. Nesse contínuo processo dialético, os seres humanos, ao tempo que (re)criam o mundo, também se desenvolvem.

Também analisando as teorias econômicas clássicas, Marx critica a ideia da naturalização da propriedade privada e da busca por lucro. Estas duas criações humanas, estando na base da constituição do modo de produção capitalista, contribuem para a formação da classe proletária, de trabalhadores sem acesso aos

meios de produção aos quais resta apenas a alternativa de vender força de trabalho, forma mais pura do trabalho, para que sobrevivam e se reproduzam. Marx (1996, p. 98) define o trabalhador como sendo aquele que vende sua força de trabalho, cedendo àquele que a compra o direito de dispor dessa força pela quantidade de tempo definida. Esta alienação do trabalho é realizada no espaço social subjetivo conhecido como mercado de trabalho.

A partir de uma perspectiva de análise distinta da marxista, Durkheim, na sua obra “Da Divisão do Trabalho Social”, também aborda o tema trabalho sob o prisma da divisão do trabalho como fato social. Os fatos sociais são formas de sentir, pensar e agir culturalmente estabelecidas em uma determinada sociedade, exteriores e que precedem a existência do indivíduo, que o coagem a apresentar comportamentos similares aos dos demais integrantes do seu grupo social. Estes são por consequência objetos mediante os quais a Ciência Social deve ser estudada e desenvolvida.

Contraopondo-se aos teóricos clássicos da Economia, Durkheim afirma que “o mais notável efeito da divisão do trabalho não é que aumenta o rendimento das funções divididas, mas que as torna solidárias” (DURKHEIM, 1999, p. 27). A divisão do trabalho tem, portanto, o papel de “tornar possíveis sociedades que, sem ela, não existiriam” (DURKHEIM, 1999, p. 27). Assim, a divisão do trabalho não é um princípio econômico, mas antes um princípio existencial de uma sociedade, base para sua constituição e desenvolvimento.

O ganho de complexidade da organização social que resulta da divisão do trabalho social representa, implicitamente, o desenvolvimento social, transformações estruturais da sociedade. Não se trata apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas da capacidade organizacional humana decorrente do trabalho.

Embora necessariamente não fosse o objetivo de Weber contribuir com as leituras sociológicas de Marx e Durkheim acerca do trabalho, o clássico pensador observa o trabalho de perspectiva não conflitante com os autores anteriores e que lhes é complementar. Na sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber identifica como os valores religiosos do protestantismo se coadunaram com o que ele chamou de *espírito* do capitalismo, contribuindo para a forma como este último se desenvolveu no ocidente, em especial na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto Marx observa o trabalho como meio humano de construção da história e

sua exploração como base da acumulação do capital, e Durkheim, na divisão social do trabalho, como fator de coesão social, estabelecimento e desenvolvimento da solidariedade orgânica, Weber aponta a visão espiritual do trabalho do homem na Terra, na ética protestante, como fator chave para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo ocidental.

Weber identificou que a difusão desses novos valores religiosos fez do trabalho, nas mentes dos trabalhadores, não mais algo penoso e torturante, a ser realizado apenas na quantidade suficiente que permita a manutenção e reprodução da vida; laborar passou a ser um princípio de caráter das pessoas que buscavam o divino por meio da abstenção aos prazeres mundanos, sendo por isso, desde a vida material, remuneradas com riqueza e prosperidade. Não importava a sua origem social, mas sim a necessidade de atender à vocação divina nos seres humanos para o trabalho.

Em afirmativa que dialoga com o conceito de exército industrial de reserva de Marx, Weber destaca que “a presença de um excesso de população que possa modicamente ser contratada no mercado de trabalho é uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo”. Entretanto, essa estaria longe de ser uma condição suficiente e, sozinha, poderia se tornar um entrave ao capital. Ele acrescenta que:

[...] baixos salários não são de modo algum idênticos ao trabalho barato. De um ponto de vista puramente quantitativo a eficiência do trabalho decresce com um salário que seja fisiologicamente insuficiente, que pode a longo prazo, equivaler a uma “sobrevivência da incompetência.

Por isso, a acumulação capitalista no longo prazo demandou que o trabalho fosse “executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma *vocação*” (WEBER, 1999, p. 39).

Com base nas ideias de Smith, Marx, Durkheim e Weber, pode-se destacar três elementos que lastrearam o fenômeno da RI a partir da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, constituindo um caminho sem volta para profundas transformações no Mundo do Trabalho e nas condições da vida cotidiana. O primeiro foi a formação do massivo contingente populacional ao qual passou a ser imperativo oferecer sua capacidade produtiva em troca de condições mínimas de sobrevivência. O segundo, o domínio mental de uma cultura religiosa em que tal oferta significasse simultaneamente a aceitação de condições miseráveis de vida

como meio de salvação pós-morte. O terceiro, que se tornou possível graças a invenção da máquina a vapor aplicada à realização de subtarefas da produção manufatureira, a intensificação da divisão do trabalho.

Como a integração perfeita desses três elementos serviu (e ainda hoje serve) como fundamento basilar do desenvolvimento industrial é o que será visto a seguir.

4TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO MODO DE VIDA E PRODUÇÃO CAPITALISTA - NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO MUNDO

No período de aproximadamente duzentos anos, que parte do final do século XVIII até o início dos anos de 1970, a Europa Ocidental e os Estados Unidos abrangeram transformações estruturais fundamentais à compreensão, nos dias de hoje, da relação entre trabalho e desenvolvimento. A maior de todas e que abrange as demais foi indubitavelmente a RI.

Segundo Hobsbawn (2017), a RI representou um "terremoto social", que transformou, à sua época, e cujos desdobramentos ainda hoje transformam profundamente a vida humana na Terra. Seus maravilhosos avanços no campo produtivo e também da ciência trouxeram consigo mudanças sociais radicais. Intensificou a urbanização, segregou massas de pessoas, que passaram a viver de forma indigna, entregues à miséria, fome, doença, promiscuidade, suicídio, infanticídio e violência urbana. O desenvolvimento dela resultante transformaria, indelevelmente, as relações sociais que decorrem do trabalho. Para tal leitura, fazem-se necessários o resgate dos fatos que levaram a humanidade a esta revolução e a compreensão do que ela representou para o Mundo do Trabalho.

Nos trezentos anos que antecederam a dita Revolução, a burguesia comercial europeia teve nos adventos das Grandes Navegações, da Reforma Protestante e do Renascimento os elementos propulsores do seu poder não apenas econômico, mas principalmente político. Com base neste poder, os agentes burgueses foram responsáveis pelo desencadear da lógica progressista, de ordem cultural, tecnocientífica, política e econômica, que colocava a "deusa" razão como elemento central, sintetizada no Iluminismo. Na Inglaterra, somaram-se as condições políticas, econômicas e sociais que fizeram deste país o agente histórico em melhor posição para protagonizar, com seu poderio e a seu benefício, as transformações dela decorrentes nas demais nações.

No referido país, “a política já estava engatada ao lucro. [...] (e) o dinheiro não só falava como governava” (HOBBSAWN, 2017, p. 64). As excepcionais recompensas que as fábricas conferiam aos seus proprietários lhes davam condições para uma rápida expansão da capacidade produtiva e a firme atuação política e militar do governo garantia-lhes o monopólio da venda dos produtos industriais da época. Durante o aludido período, a navegação inglesa evoluiu a ponto de conquistar hegemonia na guerra e nas atividades mercantis; os tratados comerciais politicamente obtidos junto aos países ibéricos transferiram as riquezas das colônias americanas para a sua burguesia comercial; a prática dos cercamentos, juntamente com os avanços na produtividade agrícola geraram, simultaneamente: (1) capacidade de produzir alimentos para uma população maior que a inglesa; (2) integração entre a produção rural e a indústria nascente; e (3) excedente para o comércio. Assim sendo, nenhum outro país, àquela época, guardava condições similares para a realização do inimaginável incremento na capacidade de produção de mercadorias que foi a RI.

4.1 PRODUZIR RIQUEZA E AUMENTAR A MISÉRIA

Antes da RI, predominava na Europa Feudal os trabalhos servil, extrativo e artesão que serviam de base para a produção e troca; nas sociedades coloniais, o trabalho escravo. A partir dessa Revolução, iria se iniciar a disseminação global do trabalho assalariado. Nessa perspectiva, do labor humano, o processo de emigração rural (ou urbanização das populações), em busca de vagas de trabalho, de condições de sobrevivência, constituiu um fator básico para a difusão desse tipo de trabalho, formando e fazendo crescer o mercado de trabalho pelo lado da oferta.

Amontoados nas periferias das fábricas, os desprovidos de meios de produção tinham como única alternativa para suprir as suas e as necessidades de suas famílias ofertar sua força de trabalho por um período de tempo em troca de um punhado de moedas. Por parte dos donos das fábricas, esta era a nova condição social desejada: dispor de gente que, dadas as péssimas condições de vida, se sujeitasse a receber um valor que desonerasse o máximo seus ganhos; valor que fosse apenas uma fração mínima do resultado gerado pela aplicação desse trabalho nas máquinas das suas empresas; exíguo, a ponto de fazer o trabalhador voltar sempre a ofertar mais tempo da sua força de trabalho, e suficiente, para a

manutenção das suas mais básicas necessidades – sobrevivência e reprodução. Esse contexto representou para a nova classe trabalhadora uma angustiante insegurança econômica que tornava imperativa a sua submissão social a desumanas condições de trabalho. Já para os donos das fábricas, ele representava bonança na medida em que lhes permitiam angariar maiores lucros (HUNT, 2013, p. 228; OFFE; HINRICH, 1989).

Identificando tal realidade, Alexis de Tocqueville (1958) anota em seu diário de estudo na cidade industrial de Manchester, em 1835, que: “Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade; aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem”³.

É fato que, na história das civilizações, sempre existiram os mais pobres e os mais ricos. Mas, os primeiros, antes da difusão das indústrias como fabricantes da enorme maioria dos produtos que se consome, na posição de camponeses agricultores ou artesãos, possuidores de meios de produção que permitiam suprir suas necessidades materiais básicas, viviam dignamente; até mesmo os escravos eram mantidos minimamente por seus senhores. A RI transformou esta realidade. Inquestionavelmente, ela foi processo histórico que possibilitou a geração de muita riqueza material e maravilhosos avanços científicos. Com a mesma certeza, pode-se afirmar que ela teve a miséria humana e a intensificação das desigualdades sociais como suas principais consequências (HUBERMAN, 1986; HOBBSAWN, 2017; ENGELS, 1969).

4.2 A INEVITÁVEL LUTA E O MUNDO DO TRABALHO

Ainda nas últimas décadas do século XVIII, revoltas nascidas da dura realidade do trabalhador assalariado foram direcionadas às novas máquinas que eram frequentemente destruídas, gerando reação por parte dos empregadores ingleses. Apoiados no Estado britânico, os proprietários das máquinas conseguiram criar a Lei da Associação, de 1799, e tornar a depredação de máquinas crime capital, em 1812 (HUNT, 2013; HUBERMAN, 1986). Eram as primeiras estratégias

³ Traduzido do original: “From this filthy sewer pure gold flows. Here humanity attains its most complete development and its most brutish; here civilization works its miracles, and civilized man is turned back almost into a savage” (TOCQUEVILLE, 1958).

de combate na luta de classes que se configuravam. A Lei de Associação, dissimulando uma necessidade de manutenção da ordem, acima de tudo, representou a primeira tentativa de conservar a debilidade dos trabalhadores. Diante da clara iminência de ganho de força da classe operária a partir da sua organização, os donos das fábricas agiam no sentido de impedir o fortalecimento dos seus empregados como classe que se reconhecia de forma cada vez mais nítida.

No seu clássico estudo “História da Riqueza do Homem”, o historiador Leo Huberman traz um interessante parecer da justiça britânica. Acusando de conspiração nove chapeleiros que se reuniam para discutir sobre os pontos de interesses comuns entre eles enquanto trabalhadores, os sentenciou a dois anos de prisão. Afirmou o juiz que

[...] Neste feliz país (Inglaterra dos anos 1810) onde a lei coloca o menor súdito em igualdade com a maior personagem do reino, todos são igualmente protegidos, e não pode haver necessidade de se associar. A gratidão nos devia ensinar a considerar um homem como o Sr. Jackson, que emprega de 100 a 130 pessoas, como um benfeitor da comunidade (HAMMOND, 1933, *The Town Labourer*, apud. HUBERMAN, 1986, p. 176).

Estas determinações legais, criadas para tentar intimidar aqueles que já enxergavam ser a articulação coletiva o único meio de busca por melhores condições, não tiveram o sucesso desejado. O resultado da Lei de Associação foi oposto ao que com ela os empregadores esperavam. Em verdade, serviu como sinal de que conquistas sociais por parte dos trabalhadores não seriam fáceis e precisariam vir por outros meios, melhorando e ampliando as formas de ação do proletariado com vistas a transformar aquela realidade indesejada.

Para compreender a evolução do movimento trabalhista que surgia, é importante destacar que, na sua maior parte, a camada pobre das populações das cidades industriais em desenvolvimento era formada por: (1) trabalhadores das manufaturas que migraram do campo para as proximidades das fábricas; (2) pessoas nascidas já na cidade mas cujos pais ou antepassados foram camponeses; (3) artesãos empobrecidos cujas atividades não mais resistiam à competição com os novos padrões de produtividade; e (4) servos da aristocracia e da classe média burguesa crescente. Embora a pobreza fosse uma característica comum a todos eles, ela atingia e gerava reações em cada subgrupo de distintas maneiras (HOBBSAWN, 2017). Dentre estes, os artesãos eram os mais esclarecidos e que

mais insatisfação e revolta apresentavam (HOBBSAWN, 2017, p. 324 e 333). Embora não se possa considerá-los como tendo sido pessoas ricas, haviam vivido de forma digna com os resultados que obtinham com seus trabalhos artesanais.

Assim, o movimento operário e os ideais socialistas nasceram sob a liderança não dos trabalhadores industriais, a quem não havia sido dada a oportunidade de maiores esclarecimentos formais e de desenvolvimento intelectual. Foram os então novos pobres, antigos artesãos, que, prejudicados pela adoção das máquinas para a produção que antes era por eles realizada, despertaram os trabalhadores para o conflito de interesses sociais que claramente vinha se consolidando naquele novo modo de regulamentação em estruturação do capitalismo industrial. As condições de vida infernais dos extratos mais pobres da sociedade industrial que habitava as cidades foram fator primordial para o surgimento desses novos processos sociais.

Intensificaram-se as revoltas e, já nas primeiras décadas do século XIX, a miséria que crescia do trabalho fez surgir os primeiros defensores do novo proletariado. Intelectuais, servos da aristocracia e da nova classe média liberal burguesa se engajavam nas ações contrárias à nova ordem estabelecida. Nelas se engajaram outras tantas pessoas às quais a miséria crescente causava indignação. Eram muitos os que se identificavam com as novas ideias e propostas que nasciam. Conforme relata Hobsbawn (2017, p. 333):

Todos os que se sentiam perturbados pelo crescente sentimento geral e vivo de que há uma desarmonia interna no atual estado de coisas, e que tal situação não pode durar, se inclinavam para o socialismo como a única crítica alternativa intelectualmente válida.

Tais ações não se caracterizavam simplesmente como uma luta entre pobres e ricos. Guardando no seu interior o novo elemento que era a consciência de classe dos trabalhadores, elas eram marcadas por profunda solidariedade entre seus mobilizadores e traziam no seu bojo ambições não exclusivamente relacionadas às condições de trabalho. Inspirados pelas posturas sociais jacobinas da Revolução Francesa, eles se opunham aos capitalistas e aos patrões, alimentando simultaneamente desejos de participação política efetiva. Não eram suficientes conquistas pontuais de reivindicações desarticuladas, limitadas aos ambientes laborais e que não resistiriam à reprodução e ao avanço do capital. Era fundamental

se manter a partir de então um contínuo estado de agitação em defesa dos interesses da classe trabalhadora e influenciar decisivamente a política e as leis.

Com seus escritos e ações, figuras como as de Thomas Hodgskin e William Thompson defenderam o direito à organização dos trabalhadores (HUNT, 2013) e serviram de apoio para o desenvolvimento das ideias de Marx e Engels. Convocando os proletários de todos os países à união, o Manifesto do Partido Comunista foi a faísca que faltava para acender a bomba da participação dos trabalhadores na política e nas determinações dos rumos das economias capitalistas tanto centrais quanto periféricas por meio dos partidos políticos e dos sindicatos a eles relacionados. Sua publicação no ano de 1848 em oito diferentes idiomas é uma razoável demonstração de organização e penetração da instituição responsável pela sua inicial difusão, a Liga Comunista, na maior parte das nações europeias do século XIX. O Manifesto orientou a organização dos partidos comunistas em todo o mundo para a luta estabelecida e cujos impactos ainda hoje se fazem sentir.

O desenvolvimento das instituições representativas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX e no início do século XX, na medida que fortaleceu a defesa dos interesses da classe proletária dentro da organização social da produção capitalista, intensificou a tensão que caracteriza a interação entre as forças da demanda e da oferta que integram o mercado de trabalho. Distinto de todos os demais, esse mercado se consolidou, a partir de então, num espaço peculiar de trocas, onde os interesses nele em jogo transbordam os significados das trocas de produtos comuns. Seu comportamento reflete sentidos diversos, muito mais significativos que os simples desejos de demandantes e ofertantes em relação a uma ordinária mercadoria.

Para o Mundo do Trabalho na Inglaterra e, posteriormente, nas demais economias que se tornaram centrais no capitalismo, podem-se destacar quatro consequências fundamentais decorrentes da primeira etapa da RI. A primeira se refere à difusão do trabalho assalariado e a sua predominância sobre todas as demais formas de relação social baseadas no trabalho.

A segunda importante consequência foi a consolidação dos trabalhadores como classe social. Corroborada pela imensa expansão do trabalho assalariado, as péssimas condições de trabalho e de vida galvanizavam enorme massa populacional que crescentemente se identificava como a classe social trabalhadora.

Um terceiro resultado que se identifica no estudo da RI consiste no estabelecimento definitivo do conflito entre os interesses desta nova classe proletária e os dos detentores dos meios de produção, que tem na instituição do mercado de trabalho uma de suas expressões mais significativas. O labor humano transformara-se em mercadoria, custo de produção que, dada a sua peculiar subjetividade, deveria, portanto, ter perseguida a redução do seu preço, bem como da sua utilização através do desenvolvimento de novas máquinas. Esta regra, a da máxima substituição do trabalho vivo por trabalho morto, orienta até hoje o desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Por último, pode-se afirmar que a RI, em conjunto com a Revolução Francesa, que defendia uma irrestrita participação popular na política da nação, criou as condições que restavam para o despertar da força política proletária. A nova classe social, quando organizada, dada a sua relevância econômica, passou a conquistar poder de influência nos rumos das nações capitalistas, chegando no início do século XX, com a Revolução Russa, até o cume do poder político de um Estado que constituiria para o restante do mundo a primeira proposta de uma organização econômica, social e política posta em prática de forma alternativa ao modo de regulamentação que resulta do sistema capitalista de produção.

Ainda nos dias de hoje, vive-se a influência e inspiração destas quatro consequências da RI sobre o Mundo do Trabalho e, conseqüentemente, na vida cotidiana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS - O TRABALHO COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Ao se analisar o trabalho a partir da sua posição de componente ontológico do ser social, foi possível observar como o ato laborativo humano constituiu a base para o desenvolvimento da vida em sociedade. Inicialmente, meio de transformação da natureza e extração dos elementos garantidores da sobrevivência individual, a realização do trabalho evolui para sua forma coletiva, oportunizando a constituição e a melhoria das formas de organização social. Com base neste fato, é possível inferir que toda e qualquer coletividade humana nasceu da interação dos trabalhos dos indivíduos que a compõem, podendo-se, portanto, sem margem de dúvida, firmar o

trabalho como fator primário de todas as formas de desenvolvimento, ou seja, de transformação quantitativa e qualitativa da vida em sociedade.

Dentro do sistema de produção capitalista, que conferiu novos contornos à vida social a partir da RI, o trabalho realizado pela classe trabalhadora foi fator imprescindível às transformações desse sistema de reprodução da vida em sociedade. Entretanto, sendo o objetivo maior do capital a sua acumulação, o sistema social nele baseado relegou a último plano as condições de vida e reprodução da classe trabalhadora, que teve que partir para o embate na busca de conquistas que mitigassem o estado de pobreza dentro da riqueza que ela ajudara a criar. De acordo com as peculiaridades do espaço e do tempo, os conflitos nascidos da interação capital *versus* trabalho moldaram o desenvolvimento da maioria das nações desde então.

Desta forma, se o trabalho e a nova classe trabalhadora foram essenciais para a consolidação do capitalismo, as transformações que este sistema de vida e produção provocaram (e ainda hoje provocam) sobre o ato de trabalhar, sobre a figura do trabalhador, sua realidade social, familiar e até mesmo sua subjetividade, foram radicais. Uma nova realidade de mundo, centrada no trabalho, emergira nas economias centrais do capitalismo. A vida da grande maioria das pessoas passaria a girar em torno do trabalho assalariado. Era um mundo novo, uma sociedade nova, transformada não apenas pelo trabalho, mas também pelo sistema que ele estruturara. O trabalho que impulsionou o desenvolvimento capitalista também foi por ele transformado nos seus alicerces mais básicos.

Sendo o labor humano a mola propulsora de toda a organização social, se esta mesma organização, à medida que se desenvolve, muda as formas como o trabalho é realizado e traz consequências sobre os indivíduos que trabalham, o estudo das transformações sobre o trabalho e os trabalhadores revela como esta sociedade se desenvolve na perspectiva do próprio trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial** / Domenico de Masi. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: um estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DINIZ, Clelio Campolina. **Celso Furtado e o Desenvolvimento regional**. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249 maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2>.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 2 ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

ENGELS, Frederick. **The Condition of the Working-Class in England in 1844**. Moscou: Panther Edition, Institute of Marxism-Leninism, 1969. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/condition-working-class-england.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal-estar” desse fim de século. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 171, Set./Out. 1997.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.. **Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização**. Centro Celso Furtado e Banco do Nordeste do Brasil, 2012. Disponível em http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Filgueiras_padrao%20de%20desenvolvimento%20brasileiro_0.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; CAVALCANTE, Sávio Machado. WHAT HAS CHANGED A new farewell to the working class? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo , v. 35, n. 102, e3510213, 2020 . Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v35n102/0102-6909-rbcsoc-35-102-e3510213.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020. Epub Mar 02, 2020. <https://doi.org/10.1590/3510213/2020>.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 4. ed., 1994.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 38. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. Disponível em <https://lelivros.pro/book/baixar-livro-a-era-das-revolucoes-eric-j-hobsbawm-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1986. 286 p. ISBN 85-216-1306-7

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Tradução de André Arruda Villela. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em <https://lelivros.pro/book/baixar-livro-historia-do-pensamento-economico-e-k-hunt-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. In. ACTUEL, Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro. Disponível em <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social – O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. A Foice e o Martelo, 2011. Disponível em <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Coleção “Os Economistas”, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OFFE, C.; HINRICH, K. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1. (Biblioteca Tempo Universitário n. 85. Série estudos alemães).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o omitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIFKIN, Jeremy. **Jeremy Rifkin - 7th European Summit of Regions and Cities**. Julho de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=P_451YO-tok, acessado em 25 set. 2016.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e de Marx. **Educação e Filosofia, Uberlândia**, v. 27, n.53, p. 87-104, jan./jun. 2013. ISSN 0102-6801

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** - Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas – Tradução de Luiz João Baraúna. Coleção “Os Economistas”, São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. II. ISBN 85-351-0833-5.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. O racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 01-11, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000100005. Acesso em: 07 jan. 2017.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Journeys to England and Ireland**. Traduzido para o inglês por George Lawrence and K. P. Mayer. J. P. Mayer, New Haven: YALE UNIVERSITY PRESS, 1958.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.